

PASSAGENS NOVO MÍNIMO

Fernando A. Novais

Este texto foi redigido como introdução ao capítulo sobre a "Emancipação política do Brasil", elaborado em colaboração com Carlos Guilherme Mota, para a *Cambridge History of Latin America*; o organizador da coleção, prof. Leslie Bethell, entretanto, considerou-o "too ideológico", preferindo ele mesmo redigir o capítulo.

¹ SIERRA Y MARISCAL, Francisco de, "Idéias sobre a Revolução do Brasil e suas conseqüências" (1823), *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XLIII, Rio de Janeiro, 1920, pp. 52 e 59.

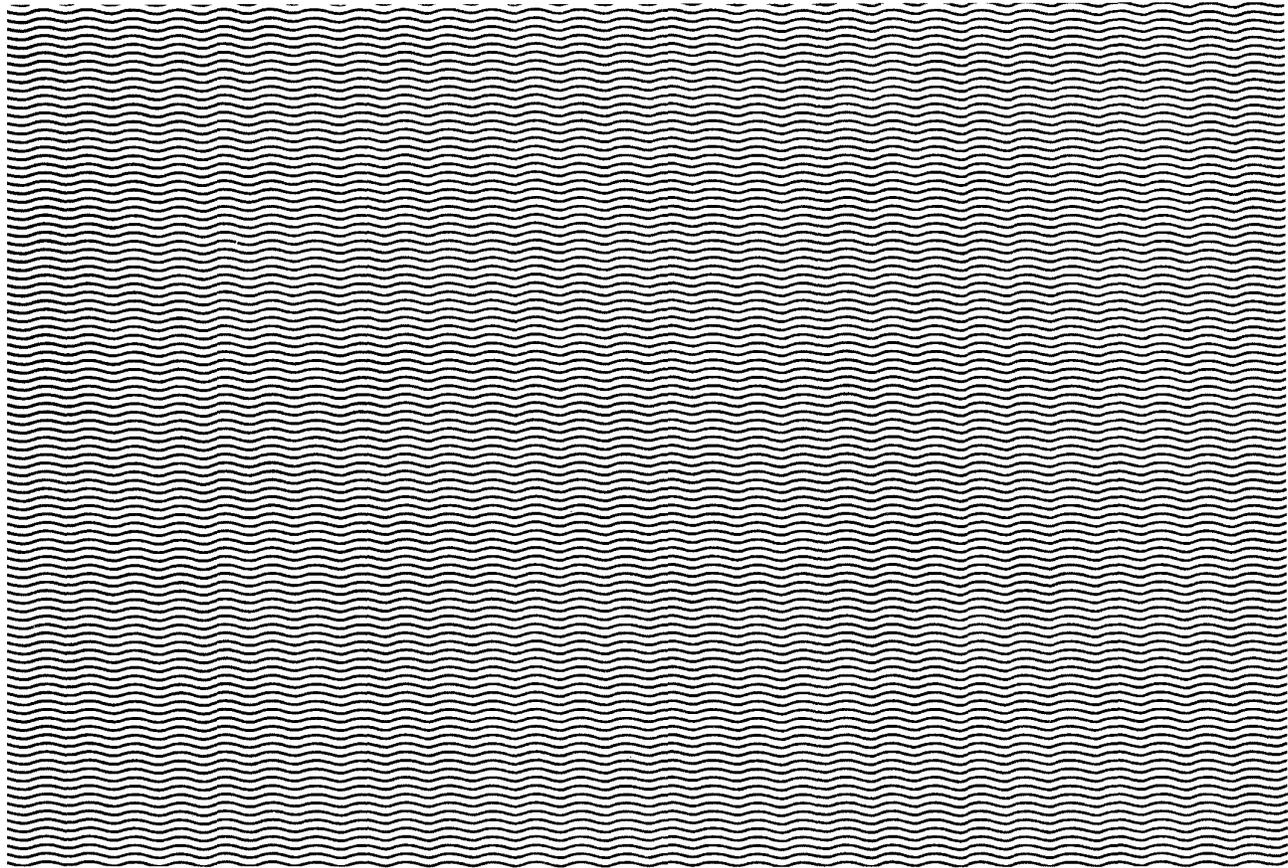
² RODRIGUES, José Honório, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Rio de Janeiro, 1975, 5 vols. Cf. especialmente, a discussão historiográfica, vol. V, pp. 253-266.

"A revolução retrocedeu pela passagem de Sua Majestade Fidelíssima para o Brasil, e a guerra do Rio da Prata reuniu de novo os elementos. (...) A revolução de Espanha e suas colônias, sendo da mesma origem, variou contudo nos resultados. Portugal, sem o poder real, o mais concentrado possível, não pode conservar suas colônias, e por conseqüência, sua independência".¹

São expressões de um panfleto famoso, contemporâneo do movimento de emancipação política. Duas implicações são para reter desses passos do doutrinário coevo: escrevendo pouco depois da proclamação da independência (7 de setembro de 1822), ele a via no contexto de um processo revolucionário mais amplo, que se iniciara muito antes, e cujo curso fora retardado pela migração da corte portuguesa para a América; e, caso único na história, a antiga colônia passando a cabeça do Império, o conflito da separação assumia caráter peculiar. São, ainda hoje, questões preliminares a qualquer estudo que vise a uma síntese compreensiva da emancipação política da América portuguesa: situar o processo político da

separação colônia-metrópole no contexto global de que faz parte, e que lhe dá sentido; acompanhar, só então, o encaminhamento das forças em jogo, marcando sua peculiaridade.

Assumindo esta postura, pode o historiador enfrentar o problema do recorte cronológico, ou antes, da periodização de seu objeto de análise. Pois é claro que a delimitação temporal flutua, alargando-se ou se contraindo segundo a concepção que se encampe do fenômeno a ser estudado. E de fato, como indica a mais recente e alentada obra de conjunto sobre a história da independência do Brasil², a historiografia, desde o início, apresentou essa variação, seja na datação da abertura do processo, seja na de seu encerramento; ora englobando todo o período de "D. João VI no Brasil" e levando o estudo até os limites do período regencial, ora restringindo-se aos acontecimentos entre 1821 (volta do rei para a Europa) e 1825 (tratado de reconhecimento). Mais ainda, preferindo a segunda alternativa (período restrito), o autor da importante obra lembra que, na historiografia, os autores que preferem uma periodização mais longa vinculam-se a uma perspectiva conservadora que



acentua a continuidade, enquanto que a perspectiva liberal, por isso mesmo preferida, explicitaria a ruptura. Ora, colocada a questão nessa dicotomia, fica de fora um terceiro caminho, que precisamente nos parece o mais acertado: encarar a independência como momento de um longo *processo de ruptura*, ou seja, a desagregação do sistema colonial e a montagem do Estado nacional.

Cumpra portanto explicitar, ainda que sinteticamente, a estrutura que se desagrega e a nova configuração que se vai formando, para situar e tentar compreender o processo de passagem, isto é, o *movimento da independência*. Examinados isoladamente e em si mesmos, os eventos que levaram à separação entre a colônia e a metrópole, sem enquadrá-los no contexto maior de que fazem parte, têm dado lugar a uma visão do processo em que o acaso ganha importância, ou os "erros" ou "acertos" dos governantes passam a ser elementos decisivos de compreensão.

Tangida pela invasão das tropas napoleônicas, a corte portuguesa (protegida pela esquadra inglesa) migrou em fins de 1807 e inícios de 1808 para a colônia americana; ocupada a metrópole pelo in-

vasor estrangeiro, não havia senão que montar, na nova sede, todo o aparato do Estado, e abrir os portos da colônia ao comércio internacional (isto é, das "nações amigas"). Mas a expulsão do invasor na metrópole (1814), coincidindo com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido (1815), punha à luz a esdrúxula situação, em que se invertiam as posições; a insistência em mantê-la, por parte de D. João VI, levaria à revolução liberal de 1820 em Portugal, pressionado por uma opção. Para fugir a ela, teria o mesmo D. João VI, ao regressar à Europa, aconselhado seu filho, o príncipe regente D. Pedro, a cingir a coroa do Brasil "antes que algum aventureiro lance mão dela"; como o mesmo D. Pedro era o herdeiro da coroa portuguesa, o esquema dinástico se salvava, recompondo-se, com o tempo, a unidade. Mas a solução "dinástica" não resolvia os problemas do Estado: em que condições se manteria a unidade? Ora, nas Cortes de Lisboa, emanadas da revolução liberal, o problema não era apenas dinástico, mas político: assim, o que se intenta, uma vez imposta ao rei a volta à metrópole, é efetivamente a recolonização do Brasil; daí a reação das elites

brasileiras, que conseguem envolver no seu movimento o príncipe D. Pedro, que guardara no espírito os conselhos do pai — e proclamou a independência. Mas os problemas persistiam, nas suas dimensões dinástica e política, e a possibilidade da reunião das coroas acaba paulatinamente por incompatibilizar o príncipe com a nação recém-criada, ao mesmo tempo em que abria, em Portugal, caminho para a reação absolutista de 1828. Enfim o desenlace: abdicando em 1831, D. Pedro I (IV em Portugal) volta para disputar Portugal a seu irmão, o rei absolutista D. Miguel, a guerra se prolongando até a vitória liberal em 1834. Pouco depois morria, aos 36 anos, esse quixotesco D. Pedro, proclamador da independência do Brasil e implantador do liberalismo em Portugal, desamado em sua pátria de origem, que o acolheu, e herói na sua pátria de adoção, que o expulsou.

O afeto dos brasileiros e o desamor dos portugueses pela mesma personagem, envolvida na dramática seqüência de acontecimentos, está a indicar a precariedade dessa visão do processo, que se cristalizou na mentalidade coletiva dos dois povos, daí extravasando para a historiografia. Os descaminhos ideológicos da memória social são às vezes insólitos, e a vertente conservadora da historiografia tendeu sempre a enfatizar a importância da participação "portuguesa" na independência do Brasil. Esta sua peculiaridade foi uma iniciativa da metrópole, uma realização de seu príncipe. Daí a supor, e depois afirmar, que a colonização portuguesa fora na realidade a criadora da nação, o passo é curto; assim, a história da colônia começa a ser lida como algo desde o início destinado a desaguar na independência nacional, num curioso exercício de profecia do passado. A colonização não envolvia exploração (até porque a metrópole não se desenvolvera), mas o semear da futura nação que, como uma fruta, num dado momento, amadurece para a secessão.

Assim os conflitos desaparecem, as tensões se esfumam, a ruptura se apaga; tudo se aplaina na harmonia da continuidade. Mas, infelizmente, o curso da história envolve sempre, e ao mesmo tempo, continuidade (no nível dos eventos) e ruptura (no nível das estruturas), e a sua compreensão pressupõe articular os dois níveis da realidade. Para tentar essa difícil articulação, é bom ter sempre pre-

sente que o movimento das estruturas cria o quadro de possibilidades dentro do qual se produzem os acontecimentos, pois se os homens fazem a história, não a fazem como querem. Dar sentido à série de eventos acima descrita implica, pois, situá-los nos movimentos de fundo, de que são a expressão superficial.

A tentemos, preliminarmente, para o ponto inicial e para o ponto final do processo. No início, a extensa colônia da pequena metrópole absolutista; no fim, a nova nação politicamente independente e a implantação do liberalismo na antiga metrópole. Há, portanto, uma certa ligação entre o vínculo colonial e o absolutismo, da mesma forma que entre independência e liberalismo; tanto que, ao se romper aquele vínculo, entra em colapso a monarquia absolutista na metrópole. E o movimento de independência foi precisamente o encaminhamento da passagem de uma para outra situação. Cumpre pois examinar, na sua estruturação interna, o contexto inicial do processo, e depois analisar os mecanismos da passagem.

Colonialismo e absolutismo se articulam, na medida em que a colonização do Novo Mundo na época moderna desenvolveu-se predominantemente sob o patrocínio dos Estados absolutistas em formação na Europa. A rigor, a expansão ultramarina, que depois se desdobraria em colonização, ocorre paralela e contemporaneamente com a formação dos Estados nacionais, no regime de monarquias absolutistas; e ambos os processos — expansão ultramarina e formação das monarquias — reportam-se ao mesmo substrato comum, a crise do feudalismo, e são formas de superação dessa crise. A superação da crise do mundo feudal envolveu, como se sabe, um alargamento de mercados em escala mundial, tendo por centro a Europa, mas uma Europa dividida em Estados nacionais em franca competição. A centralização política, na medida em que se desenvolve, restabelece a ordem social estamental afetada pela crise, e implementa a saída econômica em direção ao Oriente, à África, ao Novo Mundo. Na nova estrutura que se vai conformando, a circulação do capital comercial comanda o processo econômico, mas não domina a produção; vai depender do apoio do Estado para manter o ritmo de acumulação. O Estado abso-

lutista, porque centralizado, tem condições para realizar esta política de expansão, ao mesmo tempo em que precisa realizá-la, porque se forma em competição com os outros Estados. A política mercantilista estabelece, portanto, a conexão entre Estado centralizado e acumulação de capital comercial. Neste contexto a colonização vai assumindo sua forma mercantilista, isto é, vai se constituindo em ferramenta (entre outras) para a aceleração da acumulação primitiva de capital comercial nas áreas cêntricas. O mecanismo pelo qual se processava a acumulação originária da colônia para a metrópole era o regime do comércio exclusivo, o qual, para ser garantido, exigia a dominação política da metrópole sobre a colônia; como decorrência, para engendrar, nas colônias, uma produção mercantil que propiciasse a acumulação na metrópole, o trabalho se organiza em vários graus de compulsão, tendendo para o escravismo.

Tais as peças do Antigo Sistema Colonial: dominação política, comércio exclusivo, trabalho compulsório; assim se promovia a acumulação de capital no centro do sistema. Mas, ao promovê-la, ao mesmo tempo, se criam as condições para a emergência final do capitalismo, isto é, para a eclosão da Revolução Industrial. Desta forma, o sistema de exploração colonial engendrava sua própria crise, pois o desenvolvimento do industrialismo torna-se pouco a pouco incompatível com o comércio exclusivo, a escravidão, enfim com a dominação política, ou seja, com o Antigo Sistema Colonial. Tal o movimento contraditório do sistema: ao se desenvolver, desemboca em sua *crise*, encaminhando-se sua superação. A qual não ocorre sem a superação, *paripassu*, do absolutismo, que lhe servia de base.

Crise do Antigo Sistema Colonial³ parece, portanto, ser o *mecanismo de base*, que antes buscávamos, que lastreia o fenômeno de separação das colônias, de que aqueles acontecimentos são uma manifestação específica. É dela que se tem de partir, se se quiser compreender a independência do Brasil de forma a ultrapassar uma visão superficial dos eventos; o mecanismo de fundo oferece-nos o quadro estrutural e, por aproximações sucessivas, podemos focalizar outra vez os acontecimentos da separação entre a metrópole e a colônia. Tentemos, portanto, o caminho dessa reaproximação.

Trata-se, antes de tudo, de inserir o movimento de independência no quadro geral da crise do colonialismo mercantilista; e, num plano mais largo, da desintegração do Antigo Regime, como um todo. Pois que o sistema colonial era parte integrante e articulada nessa estrutura global — a que Wallerstein chamou *Modem World System* — a sua crise e superação correram paralelas com a desintegração do absolutismo. Os mecanismos de base, antes explicitados, operam no conjunto, mas expressam-se diversamente nos vários segmentos particulares. Assim, é o conjunto da exploração colonial que estimula o conjunto das economias cêntricas; mas, na assimilação desses estímulos, competem vigorosamente os vários Estados europeus. As vantagens da exploração de uma colônia necessariamente não se localizam na respectiva metrópole, podendo ser transferidos para outros pólos. E este é precisamente o caso dos países ibéricos, pioneiros na colonização, mas declinantes a partir do século XVII, e especialmente de Portugal. Seria ocioso retomar aqui os estudos sobre o "colonialismo informal" das relações anglo-portuguesas a partir dos tratados de 1641 e seguintes. Iguamente, a maneira pela qual a crise se manifesta no caso luso-brasileiro tinha de assumir forma peculiar; aparece como que induzida de fora para dentro, quando na realidade se processa do todo para a parte.

Mas essa posição de Portugal (e de suas colônias) no contexto do *Modem World System* é já o primeiro passo em nossa análise. Em declínio desde o século XVII, a preservação da extensa colônia ia-se tornando cada vez mais imprescindível à manutenção do Estado metropolitano na Europa; a cessão de vantagens no comércio colonial era sua moeda nas negociações de alianças, sobretudo a aliança inglesa. Mas na medida em que o sistema se desenvolve e se encaminha para a constituição do capitalismo industrial, metrópole e colônia portuguesa não poderão ficar à margem: serão necessariamente afetadas, de um lado pelos influxos do industrialismo nascente, de outro pelo pensamento crítico do absolutismo, isto é, pelas incidências da Ilustração. A pressão do industrialismo inglês, a presença da Ilustração francesa (através dos "estrangeirados"), enfim as hostes de Junot, nos desdobramentos da Revolução em curso no Ocidente — as-

³ NOVAIS, Fernando A., *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, 1974, Cadernos CE-BRAP, n.º 17.

⁵ MAXWELL, Kenneth R., *Conflicts and Conspiracies: Brazil & Portugal (1707-1808)*, Cambridge at the University Press, 1973; e NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1979.

⁴ DOS SANTOS VILHENA, Luiz, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas (1802)*, 2.^a edição, Braz do Amaral, Salvador, 1921, p. 289.

sim Portugal vai sendo envolvido no torvelinho da crise do absolutismo e do colonialismo mercantilista. Não só Portugal, mas também o Brasil; o desenvolvimento econômico da colônia, ainda que dentro dos moldes de uma economia colonial típica, acabava por desencadear tensões, que se agravam com a emergência do moderno industrialismo. Os colonos começam a se sentir mais "brasileiros" que portugueses na colônia — "não é das piores desgraças o viver em colônias"⁴, diria um deles em 1802. O mesmo pensamento ilustrado que inspira reformas na metrópole, estimula rebeldia e insurreições na colônia, que a mesma forma de pensar pode sofrer várias leituras, até mesmo contrastantes. Nada mais típico dessa ambigüidade do que as leituras metropolitana e colonial da obra entre todas famosa de Raynal.

Os mecanismos de fundo — a transição para o capitalismo — no seu processo essencialmente contraditório, engendravam pois tensões que, a partir de um certo momento (segunda metade do século XVIII), desencadeiam conflitos obrigando a reajustamentos no todo e nas partes. O fato de a transição se completar primeiro num ponto do sistema — a Inglaterra — complica inextricavelmente a trama de tensões e conflitos. A independência dos Estados Unidos (1776, que é quando se publica *A Riqueza das Nações*, matriz da nova economia política) marca a abertura da crise do Antigo Regime e do Antigo Sistema Colonial; na Europa e na América, no Velho e no Novo Mundo, desenvolvem-se paralelamente as reformas e desencadeiam-se as insurreições.

Reforma e revolução aparecem, assim, como vertentes do mesmo processo de reajustamento e ruptura na passagem para o capitalismo moderno, na segunda metade de Setecentos e primeira de Oitocentos. E com efeito, o chamado "despotismo esclarecido" esforçava-se para promover, ao mesmo tempo, a modernização do absolutismo metropolitano e aberturas no sistema colonial. Portugal enveredou muito cedo por esse caminho, a partir do "consulado" pombalino (1750), mas é sobretudo a partir de 1777 (queda do Marquês de Pombal, com a morte de D. José) que se estimula mais claramente a nova política colonial do reformismo ilustrado. Tal reformismo, entretanto, não lograva abrandar,

antes acentuava as tensões, e as "inconfidências" marcam o contraponto revolucionário do processo.⁵ Essas as linhas de força que se desenlaçam com a vinda da corte, em 1807, para o Brasil.

Pode-se agora, ainda que sinteticamente, delinear as forças em presença na abertura do processo de independentização da colônia. Os mecanismos de fundo, como se procurou indicar, acentuavam a tensão entre a colônia e a metrópole, que em determinadas condições podia chegar ao conflito; mas essa tensão básica se desdobra em outras. Efetivamente, no Antigo Sistema Colonial entre a "metrópole", isto é, os colonizadores, e a "colônia", isto é, os colonizados, situavam-se os *colonos*, ou seja, a camada dominante na colônia. Esta camada social é que encarnava (como projeto político) os interesses da "colônia", e se contrapunha à massa escrava, esta sim "colonizada". A tensão colônia-metrópole se desdobrava, pois, em tensão entre senhores e escravos. Por outro lado, na metrópole, aos interesses ligados ao comércio colonial, empenhados na manutenção do pacto, se associavam ou se opunham interesses de outros estratos sociais (campepinato, produtores independentes, plebe urbana, etc.). O Estado reformista ilustrado procurava mediar e equilibrar esse feixe de interesses conflitantes. No caso de Portugal, a situação se complica, pois a essas forças se somam os interesses do industrialismo inglês em ascensão. No Brasil, entre a massa escrava e o senhorio, toda uma heterogênea e fluante camada de funcionários, profissionais liberais, plebe urbana, etc, tende a tornar mais complexo o quadro de tensões no encaminhamento do processo.

Observado em conjunto, o complexo processo de desatamento dos laços coloniais da América, que se desenrola a partir da segunda metade do século XVIII até as três primeiras décadas do XIX, apresenta várias *vias de passagem*, que correspondem às diversas maneiras como se compuseram aquelas forças em jogo, qual das várias tensões predominou no conflito e, portanto, qual grupo ou classe social logrou a hegemonia. Tentemos fixar tais variações: a situação-limite, sem dúvida, é aquela em que a tensão entre senhores e escravos sobrepõe-se a todas as outras, e o processo se radicaliza e aprofunda-se numa convulsão social; tal o caminho da revolução negra de St. Domingue, liderada por Toussaint-Louverture e, depois, por Dessalines. O

levante dos escravos varreu a dominação dos colonos, resistiu à invasão inglesa, e expulsou o exército enviado por Napoleão para a reconquista da ilha. No pólo oposto, a tensão entre metrópole e colônia ganha a preeminência, mas é a metrópole que vence a contenda: este é o caso das colônias inglesas das Antilhas, em que a metrópole — por ser o centro das transformações, em pleno curso da Revolução Industrial e predomínio econômico — consegue comandar o processo, abandonando o exclusivo, suprimindo o tráfico negreiro e depois a escravidão, e ainda podendo se dar ao luxo de manter o estatuto político das colônias. Entre as duas situações-limites, alinham-se aquelas em que a tensão metrópole-colônia foi a preponderante sobre as demais questões, mas são as colônias que levam a palma, e este é o caso das colônias espanholas e portuguesas, como anteriormente já tinha sido o das treze colônias inglesas da América Setentrional. Deixemos de lado certas situações residuais, em que a metrópole, ainda que não hegemônica no conjunto, logra manter os laços coloniais: é o caso de Cuba e Porto Rico, que se mantêm presas à Espanha.

Vale fixar, nessa medida, para uma aproximação maior do modelo luso-brasileiro, aquela terceira via a que nos referimos acima: a tensão metrópole-colônia sobreleva todas as demais, e a colônia se independentiza, isto é, a camada social de colonos consegue assumir a hegemonia na condução do processo de passagem. Aqui, três possibilidades se abrem: primeira, a emancipação se dá sob a forma republicana de governo e se abole a escravidão, e é o caso das colônias espanholas; segunda, sob a forma republicana, mantém-se a escravidão, e fora o caso dos Estados Unidos da América; terceira, a libertação da colônia mantém a monarquia e preserva a escravidão, e este é o caso do Brasil. A composição de forças que pôde ir se articulando no curso do processo para chegar a tal resultado, é o que podemos agora analisar.

Na segunda metade do século XVIII, impulsionadas pelos mecanismos estruturais da formação do capitalismo moderno, as tensões sociais agravam-se na Europa e nas colônias do Novo Mundo, e o encaminhamento político dessas ten-

sões levou, de um lado, ao reformismo da Ilustração e, de outro, às tentativas revolucionárias. A partir da independência dos Estados Unidos, agudizam-se as tensões e acelera-se o processo, para atingir na Revolução Francesa o seu ponto mais fundo de radicalização; ao mesmo tempo, estabilizando-se no Consulado, o movimento revolucionário tornar-se-ia expansionista, atingindo Portugal (aliado da Inglaterra, que procurava conter esse expansionismo) em 1807. Reformas, insurreições, guerras internacionais pertencem pois ao mesmo e complexo processo de ruptura do Antigo Regime e de nascimento da sociedade burguesa contemporânea. Portugal e Brasil inserem-se nesse processo. O reformismo ilustrado, vigorosamente iniciado a partir de 1750 pelo Marquês de Pombal, não se atenua — antes acentua-se — após sua queda em 1777: sobretudo no que respeita à política colonial, inicia-se uma fase de maior flexibilidade, com o abandono das companhias privilegiadas de comércio e supressão dos estancos, ao mesmo tempo em que se combate o contrabando e se estimula a diversificação da produção e a melhoria tecnológica, etc. Correlatamente, em Portugal, prossegue-se no esforço industrialista (proibindo-se em 1785 as manufaturas têxteis na colônia) com vistas a superar o atraso, ao mesmo tempo em que se procura, com inspiração nas memórias da Academia das Ciências de Lisboa, modernizar o país, removendo-se os arcaísmos. Todo esse esforço de recuperação, conduzido com persistência ao longo de anos, vinha obtendo êxito quando da invasão das tropas napoleônicas — o que altera substancialmente a situação, inviabilizando o esquema reformista e obrigando a duras opções.

Paralelamente, na colônia, a política reformista não conseguia distender as tensões; até certo ponto, pode-se dizer que, ao contrário, o surto de relativo progresso ainda mais aguçava a tomada de consciência da exploração colonial, redobrando as inquietações. Estas tendem a se expressar em conflitos, como na América espanhola da mesma época: são as inconfidências. Se no Rio de Janeiro, em 1794, e em Pernambuco, em 1801, as tentativas são abortadas no nascedouro, em Minas Gerais (1789) e na Bahia (1798) o movimento vem à luz, sendo reprimido com rigor crescente. Se a inconfidência de Minas se inspi-

rara, mais especificamente, na insurreição dos americanos do Norte, a revolução bahiana "dos alfaiates" (depois chamada "primeira revolução social brasileira"), mais popular, mais radical, já traz fundas marcas da Revolução Francesa. De uma insurreição para outra, nota-se um aprofundamento no processo: o projeto dos revolucionários baianos envolvia nada menos que a libertação dos escravos. É por aí que se pode compreender que, se a política do reformismo colonialista português não atenuava as tensões, o aprofundamento do processo revolucionário, este sim, terá assustado a camada dominante da colônia, de proprietários de terras e senhores de escravos, levando-a como que imperceptivelmente a se aproximar das posições reformistas do Estado metropolitano.

Assim, 1807-1808 marca efetivamente um ponto de confluência. Para o príncipe regente D. João, migrar para a América, em face da invasão francesa significava preservar a dinastia à espera de melhores dias; à Inglaterra interessava não só proteger o aliado valioso na pugna com Napoleão, mas ainda aproveitar a oportunidade de penetrar nos mercados brasileiros mais abertamente, pois, ocupada a metrópole, tornava-se imperioso suspender o exclusivo do comércio da colônia. Mais ainda, na decisão da transferência da corte, aparentemente desconcertante, pesavam imperativos mais profundos de situação. É que, dada a posição que Portugal fora assumindo a partir do século XVII (a partir da Restauração de 1640), a sua existência dependia mais e mais da colônia; era com esta que jogava, ou melhor, com as vantagens da exploração colonial, no sistema de alianças das relações internacionais. Cada vez mais, aproximar-se da França, contra a Inglaterra, significaria pôr em risco a colônia, dada a supremacia naval inglesa; aliar-se à Inglaterra punha em risco a metrópole, dada a supremacia continental francesa, aliada à Espanha depois de 1715. A diplomacia portuguesa procura continuamente a neutralidade, hesita, para finalmente aliar-se à Inglaterra, potência ascendente; e, em 1807, esta opção chega ao limite, com a migração da corte e a "inversão colonial".

Do ponto de vista da classe dominante dos colonos — os proprietários de terras e de escravos —, nesta conjuntura, tal opção vinha de encontro aos seus

interesses e, a pouco e pouco, dessa convergência se vai delineando um projeto de "império" com sede na América. A política do Príncipe Regente, depois D. João VI, no Brasil, pôs em andamento esse projeto; mal chegado, ainda na Bahia, edita o famoso alvará da abertura dos portos às nações amigas (janeiro de 1808). Não foi, como se poderia pensar, uma concessão à Inglaterra⁶; esta sentia-se no direito de reivindicar a abertura apenas para si, substituindo-se à velha metrópole, pois fora a esquadra inglesa que garantira a vinda da corte; nem se pense que a Velha Albion era a única "nação amiga". No mesmo ano, já estaria no Brasil o americano Henri Hill, para examinar as possibilidades do novo mercado.⁷ Das pressões inglesas resultaria, sim, o tratado de 1810, no qual o comércio inglês torna-se efetivamente privilegiado no mercado brasileiro, mesmo em relação aos portugueses metropolitanos. O ano de 1810 aparece, assim, como a contrapartida de 1808.

Ao longo de toda uma década, ou seja, até a eclosão da revolução liberal portuguesa em 1820, implementa-se essa linha política, em que se casam os interesses do senhorio brasileiro com a perspectiva do Estado metropolitano, agora assimilado e instalado na colônia. A abertura dos portos, segue-se o levantamento das proibições às manufaturas; mais do que isso, passa-se a uma política de incentivo direto às indústrias, e toda uma série de medidas de política econômica se decretam neste sentido.⁸ Ao mesmo tempo, a corte se instalava, centralizando um complexo aparelho de Estado, numa espécie de "naturalização" do governo português no Brasil. Ao lado dos vários departamentos da administração, organizam-se as forças armadas, criam-se as primeiras escolas superiores. A política externa se orientava na mesma linha, com a expedição à Guiana Francesa, e reivindicações no Prata. Assim, em 1815, elevava-se a antiga colônia à condição de Reino Unido.

Não podia haver dúvida: a corte viera para ficar. Por tudo isso, "o que é de admirar é que só em 1820 tenha havido em Portugal uma revolução".⁹

Fernando A. Novais é historiador e professor na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo
n.º 9, p. 2-8, jul. 84

⁶ PINHO, Wanderley, *A abertura dos Portos*, Salvador, 1961.

⁷ HILL, Henri, *A View of the Commerce of Brazil* (1808), Ed. Banco da Bahia, s/d.

⁸ VIOTTI DA COSTA, Emília, "Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil", em MOTA, C. G., (org.), *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 9.ª ed., 1978.

⁹ CARNEIRO DA CUNHA, Pedro Octávio, "A Fundação de um Império Liberal", em *História Geral da Civilização Brasileira*, dir. por Sérgio Buarque de Holanda, tomo II, vol. 1, São Paulo, Difel, 1962, p. 146.